

RETÓRICA E REALISMO NA RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL DE MARX E O ÚNICO E SUA PROPRIEDADE DE MAX STIRNER

Hilton Leal da Cruz¹

RESUMO: No presente artigo pretendo opor algumas concepções de Karl Marx no livro I de *O Capital* à crítica de Max Stirner do que entendo por *reificação da linguagem*² e do pensamento, crítica essa desenvolvida no livro *O Único e sua propriedade*. No decorrer do artigo também desenvolvemos alguns desdobramentos dos pressupostos correspondentistas que perpassam *O Capital* bem como o uso retórico que Stirner faz da linguagem. Ao final irei discorrer acerca da possível relação entre ambas as posturas e as diferentes concepções de sociedade que delas decorre.

PALAVRAS-CHAVE: Nominalismo, relativismo, existencialismo, individualismo possessivo.

ABSTRACT: In this article I intend to oppose certain ideas of Karl Marx in book I of *Capital* to Marx's critique of Stirner I mean by reification of language and thought, this criticism developed in the book *The One and his property*. Throughout the article we also develop some consequences of the assumptions that underlie the corresponding capital and the rhetorical use of language that makes Stirner. At the end I will talk about the possible relationship between both positions and the different conceptions of society that follows them.

KEY WORDS: Nominalism, relativism, existentialism, possessive individualism.

O presente artigo opõe algumas concepções de Karl Marx no Livro I de *O Capital* à crítica de Max Stirner do que entendo por *reificação da linguagem* e do pensamento, crítica essa desenvolvida no livro *O Único e sua Propriedade*. Por reificador entendo o discurso que toma alguns dos produtos da atividade humana (fala e pensamento) por coisas, mas não apenas coisas comuns ou objetos, trata-se aqui de coisas que seriam a verdadeira essência do mundo.

¹ Licenciado em filosofia e mestrando da Universidade Federal da Bahia.

² Por reificação da linguagem entendo, adotando o uso que filósofos como Richard Rorty fazem da expressão, a recusa em naturalizar o uso da linguagem preferindo ao contrário tratá-la como uma "coisa" que não participa das relações de causalidade das outras coisas: algo sublime. A adoção desse tratamento por sua vez estaria radicada na pretensão de estabelecer contato com algo maior, mais estável que nossas paixões e desejos contingentes. Nesse caso as palavras não seriam meras ferramentas desenvolvidas "darwinianamente" para atender certos propósitos, mas antes, entidades que nos dariam acesso a "essência do mundo".

Semelhante tratamento da linguagem tem como consequência a adoção de uma postura realista, uma vez que o referente das palavras assim consideradas é uma suposta realidade cujos predicados são independentes das asserções acerca dela. Embora a oposição entre as posições de Stirner e Marx desenvolvida nesse trabalho leve em consideração as diferentes posições históricas e as divergências conceituais das duas obras parece-me razoável, uma vez observados tais limites, tomar a concepção marxista de valor de troca como “algo que existe em duas coisas diferentes” que se trocam e que é igual “a uma terceira” (Marx, 1996, p.167) como um caso paradigmático de reificação da linguagem (ou do pensamento) denunciada por Stirner. Também pretendo desenvolver alguns desdobramentos dos pressupostos correspondentistas que perpassam *O Capital* bem como o uso retórico que Stirner faz da linguagem. Ao final irei discorrer acerca da possível relação entre ambas as posturas e as diferentes concepções de sociedade que delas decorre.

Vale observar que, embora o presente artigo tome algumas poucas expressões de *O Capital* como alvos exemplares da retórica stirneriana, a maioria das noções desenvolvidas pela tradição filosófica poderia igualmente servir ao mesmo propósito. Tampouco se trata de tentar afirmar a incoerência dos argumentos oferecidos nessa mesma obra, ao contrário, é exatamente a forma de conceber o que seria *coerente*, como aquilo que satisfaz as exigências do pensar que pretendemos confrontar com a crítica de Stirner. Entendo também que se trata aqui de opor duas formas distintas de lidar com a linguagem que revelam-se incomensuráveis. Cumpriria, talvez, perguntar se ao opor-se a pressupostos tão centrais a tradição filosófica Stirner ainda faz filosofia, um questionamento que devido ao limitado horizonte desta pesquisa não podemos aprofundar neste artigo.

Publicado em 1844 o livro *O Único e sua Propriedade* representa para muitos autores um marco no movimento jovem hegeliano. Com tal publicação seu autor, Caspar Schmidt, mais conhecido pelo pseudônimo de Max Stirner (1806-1856) alcançava a maturidade do seu pensamento. O desenvolvimento da obra stirneriana, conforme se pode verificar nos breves artigos publicados entre 1842 e 1843, assiná-la em seu início uma relação de afinidade com as

posições filosóficas de seu amigo, o também jovem hegeliano, Bruno Bauer, como acertadamente aponta Fabio Bazzani (Bazzani, 1985, p. 58). A princípio associada ao anarquismo, a obra de Stirner apresenta, além da crítica do estado, outros aspectos que a filosofia contemporânea tem preferido associar ao existencialismo, ao individualismo ultra-democrata e ao niilismo. Lida como uma obra com pretensões de verdade, no sentido correspondentista do termo, e sem levar em consideração as passagens em que ficam patentes seus aspectos retóricos, a produção filosófica de Stirner poderia ser considerada apenas mais um exemplo de solipsismo idealista e/ou de anarquismo político. Todavia, se a lermos de forma mais cuidadosa poderemos vê-la como introduzindo no debate jovem hegeliano perspectivas acerca do papel da linguagem³ na relação entre os indivíduos e o mundo, entre a atividade comunicativa e a auto-realização humana. Se corretas tais observações, penso que seria possível desenvolvermos uma forma diversa de compreender o tratamento dado por críticos como Carlos Diaz e, principalmente, Karl Marx ao livro *O Único e Sua Propriedade* obra na qual Stirner, aparentemente, abandona o jargão da filosofia da auto consciência de Bruno Bauer.

Ocupando a maior parte das páginas de *A Ideologia Alemã* a crítica de Karl Marx ao *Único e sua Propriedade* parece ignorar de forma sistemática o que se poderia chamar de o caráter retórico e existencial da obra de Max Stirner⁴. Contudo, apesar do descuido destes aspectos, autores como Nicholas Lobkowitz (Lobkowitz, 1969, p. 5) apontam que tal debate teria sido crucial para o amadurecimento do pensamento de Karl Marx, maturidade essa que trouxe a lume obras como *O Capital*.⁵ Tendo abandonado o ponto de vista de

³ Poderíamos localizar na influência da hermenêutica de Schleiermacher, de quem Stirner assistiu às aulas durante sua estadia em Berlin em 1926, a importância atribuída a linguagem em *O Único e Sua Propriedade*. Ainda faltam estudos mais profundos sobre os aspectos “técnicos” e hermenêuticos da filosofia de Stirner, todavia é inegável que Stirner adota em relação à linguagem uma postura muito semelhante a que seria quase hegemônica na era pós-Wittgenstein.

⁴ Uma descrição pormenorizada da dificuldade de Karl Marx em notar, entre outras coisas, os aspectos existenciais de *O Único e Sua Propriedade* pode ser encontrada no livro de J. Crisóstomo *A Questão da individualidade*.

⁵ Segundo Henry Arvon autores como Althusser, que não reconhecem a relação estreita entre as posições expostas em *O Capital* e aquelas do jovem Marx, incluindo aí o debate no interior do qual esta se desenvolveu, terminam por oferecer uma leitura incompleta e confusa da obra do filósofo.

um idealista utópico e sua filiação ao materialismo feuerbachiano, o Karl Marx de *O Capital* teria “desenvolvido o socialismo científico, que o tornou capaz de realizar predições similares a aquelas realizadas pelas ciências naturais” (Lobkowitz, 1969, p.10). Além disso, afirma Lobkowitz, tal virada permitiu a Marx reter o conteúdo daqueles ideais manifestos em *A Sagrada Família* sem ter que lhes atribuir um caráter normativo, como de fato teria feito nessa obra. *O Único e sua Propriedade*, por outro lado, tem sido lido, na maioria das vezes, como um libelo anti-Feuerbach. Este último, autor da importante obra *A Essência do Cristianismo*, defende neste livro, entre outras coisas, que “para o homem o Homem é o ser supremo” (Stirner, 2004, p. 34). Ao afirmar que os predicados atribuídos a Deus na verdade dizem respeito aos seres humanos, compreendidos aí como possuidores de uma mesma essência, o introdutor do materialismo no movimento jovem hegeliano propõe uma inversão predicativa que, segundo o mesmo, permitiria o derradeiro fim da alienação das pessoas, e a entrada triunfal no reino do amor. À tal pretensa *emancipação* Stirner volta os recursos dissolventes de sua retórica, condenando-a como sendo apenas uma possessão por um novo espectro, ainda mais poderosa que a do Deus cristão. Se este se mantinha como algo fora de mim, a noção de ser genérico postulada por Feuerbach seria um “fantasma encorpado” (Stirner, 2004, p. 40) uma essência que pretende ser meu verdadeiro *Eu*. Marx-Engels, ao contrário, em *Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* consideraram o materialismo feuerbachiano, e sua proposta de substituir a teologia pela antropologia, como uma via nova e importante, embora imperfeita, para a superação dos vícios do idealismo hegeliano e para sua substituição por uma concepção materialista da história. Contudo, segundo J. Crisóstomo, Marx lamentava-se que Feuerbach não se “interessa-se mais pela sociedade e pela política”, faltando-lhe também a utilização do método dialético que o filósofo de *O Capital* “teve que voltar a Hegel para recuperar”. (Crisóstomo, 1991, p. 23) O ataque de Stirner ao idealismo residual de *A Essência do Cristianismo* teria, segundo os críticos, comprometido igualmente os pontos nos quais Karl Marx permanecia ligado a Feuerbach, forçando este a revê-los e substituí-los por uma posição mais *sólida*.

Considerando verdadeira a hipótese do possível papel de Marx Stirner no afastamento de Karl Marx em relação ao idealismo Feuerbachiano (hipótese essa sustentada por outros autores além de Lobkowitz) caberia, no entanto, perguntar: O conflito entre as posições de Stirner e Marx se reduziria tão somente ao caráter alegadamente *religioso* da noção de Homem Genérico, que até o momento da publicação do livro *A Sagrada Família* Marx - Engels partilhavam com Feuerbach? Vejamos.

Os escritos dispersos de maior relevância da produção stirneriana evidenciam vários elementos em comum com a obra de Bruno Bauer publicada no mesmo período, todavia apresentam também temáticas que extrapolam os principais objetivos e paradigmas desta mesma obra. Um destes elementos, presente de diversas maneiras, e algumas vezes em contradição com o jargão baueriano utilizado pelo autor, é o empenho em desenvolver uma concepção da individualidade que tenha nos aspectos afetivos, radicalmente particulares e possessivos as suas principais características. Nos escritos de 1842 a 1843 essa concepção da individualidade apresenta-se como um desaguadouro dos processos históricos, que descritos em chave baueriana, constituiriam o próprio percurso do *Espírito* (Geist). É óbvio que a inadequação do caráter eminentemente gnosiológico e essencialista da terminologia baueriana em relação a tal concepção de individualidade conduz a problemas de coerência interna visíveis em alguns dos escritos dispersos. Penso que por esse motivo Stirner, na maioria dos seus textos, opta por formulações menos rígidas, no estilo solto do ensaio, como vemos em sua resenha dos *Mistérios de Paris*, de E. Sue. A utilização de uma linguagem coloquial, direta, pouco rebuscada, também é um recurso que vai sendo progressivamente mais utilizado em seus textos. Exemplos do processo de desenvolvimento da concepção de individualidade na obra de Max Stirner podem ser constatados em textos como *O falso Princípio de Nossa Educação de 1842* onde se lê que “o saber deve se tornar uma simples pulsão da vontade” (Stirner, 1979, p. 79), ou na *Réplica a um Membro da Paróquia Berlinense* no qual a noção de *Razão* aparece equiparada a de “*Virilidade*” e o “*Humano* como aquilo que eu acolho como minha *Propriedade*” (Id. p. 39).

O Único e sua Propriedade representou, juntamente com a *Anticrítica*, o momento final do processo de desenvolvimento da filosofia stirneriana, o que naturalmente também implicou o abandono e conseqüente oposição à terminologia da filosofia crítica de Bruno Bauer. Compreendido como um liberal humanista Bauer é caracterizado no *Único* como alguém que condena o “interesse por si mesmo”, o *Egoísmo*, enquanto ordena “reconhece a humanidade como tua verdadeira essência” (Stirner, 2004, p.104). Por sugerir o entusiasmo por idéias que não seriam tão somente propriedades minhas, mas antes minha verdadeira essência, Bauer, assim como Feuerbach, apenas substituiria “o velho glória a Deus, pelo moderno glória ao Homem” (Id. p.110). Segundo esse ponto de vista, Bauer e Feuerbach seriam os mais recentes (em 1844) exemplares da modernidade, em sua inexaurível tentativa de espiritualizar o mundo, precisando para isso esmagar a “nobre essência do *Egoísmo*” (Stirner, 2004, p. 50).

Contudo, não é apenas na submissão da individualidade a uma suposta essência, do ponto de vista moral que, segundo Stirner, a *mania* da modernidade se manifesta. De forma mais ampla uma das principais características da modernidade seria a reificação dos pensamentos e palavras, que transforma tudo aquilo com que se entra em relação em *Espectro*. A narrativa histórica stirneriana, cuja natureza retórica fica patente desde o início⁶, descreve o percurso que conduziu os homens da antiguidade até a modernidade como um processo no qual a oposição aos entraves do mundo material conduziu a superação destes entraves através da produção de um “mundo de essências” por detrás das aparências, da verdade por detrás do *sentido comum* (Sinn). A superação dos limites que o mundo concreto ofereceu aos antigos teve como conseqüência a criação de uma nova forma de domínio; entramos assim na modernidade e no reino do puro pensamento. Essa nova potestade, que de forma mais geral Stirner denomina de *Espírito*, se manifesta de forma muito particular na maneira como passam a serem consideradas as coisas com as quais os homens entram em relação, principalmente no tipo de

⁶ Vale notar que além de ser redigido quase completamente em primeira pessoa, o texto Stirneriano dirige-se ao interlocutor de forma pessoal, jocosa, jogando por terra a possibilidade de atribuir-lhe qualquer pretensão de impessoalidade.

atitude frente a determinados pensamentos e palavras. É, sobretudo, na esfera das transações com o mundo circundante que a mania da modernidade se manifesta de modo mais radical, aqui o mundo ou, como ele denomina, o *Não-Eu*, apresenta um modo de ser “oculto” e “insondável”. Em meio a tal mundo assombrado os homens tentam “desvendar esse espectro, entendê-lo, descobrir nele a realidade” (Stirner, 2004, p. 39). Um trabalho infundável, semelhante ao das mitológicas Danaides, um esforço em encontrar por trás do mundo existente a sua essência oculta, a coisa em si, a essência.

Caracterizaria também tal *Obsessão* o esforço por tornar esses espectros palpáveis, para tornar a verdade concreta, para lhe conferir um corpo material, uma expressão não abstrata; a noção feuerbachiana de *Homem* (*Mensch*) aparece no texto com um exemplo de tal tentativa. O motivo principal do fracasso de Feuerbach em dissolver todas as fantasmagorias, conseguindo apenas substituir o culto a Deus pela adoração do Homem, seria o que Stirner denomina de mongolismo

O valor de mim próprio nunca poderá ser muito grande enquanto o duro diamante do *Não Eu* continuar a ter preços altíssimos, como aconteceu há seu tempo com Deus e com o mundo. O Não-Eu era ainda muito pétreo e resistente para poder ser digerido e absorvido por mim; pelo contrário, os homens rastejam, com uma extraordinária atividade, sobre este objeto *estático*, sobre esta *substância*. (Stirner, 2004, p. 59)

Todo esforço moderno em torno da tentativa de encontrar “verdades”, princípios estáveis, a partir da experiência, fluida, singular e voltada para a *Fruição* (*Genuss*) individual manteve o valor daquilo que não era a própria experiência destes indivíduos, submetendo antes essa fruição a princípios *Sagrados*. Tal atitude, como assiná-la Stirner, uma vez totalmente desenvolvida poderia ser chamada de científica (Stirner, 2004, p. 72).

O livro *O Capital* foi publicado em 1867, portanto 21 anos depois de ter sido escrita a *Ideologia Alemã*. Segundo Louis Althusser “é sobre essa obra que deve ser julgado Marx e não sobre as obras de juventude, ainda idealistas” (Althusser, 1992, p. 5). A grande pretensão de *O Capital*, se está correta a leitura que faço do comentador citado, é de realizar o anseio iluminista de oferecer uma descrição das relações sociais em sua dimensão histórica com o mesmo rigor das ciências naturais. Segundo Althusser *O Capital* seria uma das

“três grandes descobertas da humanidade”, pois ao lado da descoberta do “Continente da Matemática” pelos gregos, do “Continente da Física por Galileu” Marx teria descoberto o que ele denomina de “Continente História” (Id. p. 6). Seguindo essa linha de raciocínio, poderíamos ler *O Capital* como admitindo os mesmos pressupostos comuns às ciências positivas⁷, esclarecer quais seriam esses pressupostos torna-se então crucial para atingir o objetivo proposto no início deste texto. O modo mais comum de compreender as formulações científicas baseia-se na idéia de que ela opera a “generalização de dados *objetivos*,”⁸ partindo de “uma lista finita de observações singulares para uma lei universal” (Chalmers, 1993, p. 70). Ainda que em Marx estas leis que são descobertas digam respeito apenas a determinadas sociedades, existe uma relação de necessidade entre as premissas de seu argumento (os dados pretensamente *objetivos* que o *fundamentam*) e as conclusões deste. Sempre que os mesmos dados estiverem presentes, as leis que deles se abstrai serão as mesmas.

Seguindo esse método, Karl Marx parte das diversas mercadorias em suas particularidades para daí chegar a “dedução do valor por meio da análise das equações, nas quais se exprime todo valor de troca” (Marx, 1996, p.133). Na base dessa dedução é que Marx estabelece que “*algo* em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes” (Id. p. 167). Poder-se-ia concluir, portanto, que as diversas mercadorias através das quais os indivíduos entram em relação, nesse caso de troca, possuiriam algo em comum, uma

⁷ Segundo J. Crisóstomo a noção de ciência presente em *O Capital* é, inclusive, muito mais pretensiosa que aquela das ciências naturais, pois nesta obra a ciência aparece como “conhecimento de essências”, o que segundo o comentador estaria em dissonância “com qualquer área que seja e com o conceito moderno, não alemão, de ciência (J. Crisóstomo, 1997)

⁸ A expressão “objetivo” comporta no presente texto dois níveis diferentes de aplicação. O 1º é o nível do próprio discurso de Marx no qual, por exemplo, este postula a “objetividade” do valor, ainda que uma objetividade social. O 2º nível é o da análise que faço do discurso do autor, o qual realmente parte de certas observações, que não sendo subjetivas e almejando o status de “verdadeiras”, pretenderiam, portanto ser objetivas. A objetividade do valor é algo que existe de forma independente das subjetividades dos indivíduos. A investigação de Marx analisa fatos que seriam os mesmos para todas as pessoas, logo ela mesma é uma investigação objetiva. No que toca a questão do valor o 2º nível de aplicação do termo, obviamente, depende do 1º e embora o privilégio epistêmico do discurso marxista esteja subordinado a certas condições de desenvolvimento das forças produtivas, nem por isso este deixa de pretender-se privilegiado em relação a outros discursos menos “racionais”, mas situados no mesmo momento histórico.

coisa cuja natureza independeria do corpo dessas mesmas mercadorias. A ocorrência reiterada da igualação de diferentes corpos de mercadoria, conforme se pode observar nas diversas *equações* que representam as relações de troca, por si só comprovaria a existência de uma coisa que as diversas mercadorias possuem em comum. Essa *coisa* não poderia ser nenhum dos aspectos físicos sensoriais das mercadorias trocadas (nem o trabalho concreto que produz de forma diferente cada uma delas) uma vez que “é precisamente a abstração destes aspectos que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias” (Ibid). Portanto, é no *valor* produzido pelo *trabalho humano abstrato*, o qual consiste entre outras coisas naquilo que subjaz a abstração das peculiaridades de cada trabalho individual, que Marx vai encontrar o sentido da afirmação de igualdade sob a aparente diferença absoluta das mercadorias.

Está implícita nessa formulação, dentre outras coisas, o pressuposto de que é uma função do pensamento, e da linguagem, refletir a realidade, e de que nossas relações com o mundo que nos cerca seriam antes de tudo relações de representação e não de poder, ou uso, somente⁹. Embora Marx reconheça que “a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é” de fato “produto social” (Marx, 1996, p. 200) uma vez consolidada sua objetividade¹⁰ no decorrer dos processos históricos mais não caberia aos indivíduos senão, diria Stirner, dobrar-se diante desse fato ou, em sua própria terminologia, da *dureza dessa substância*. Tal objetividade estaria radicada em fatores que extrapolam a esfera da individualidade, e para superá-los seria necessária uma ação corretamente orientada por uma teoria, uma *representação acurada* dos próprios fatos¹¹. Segue-se que, aparentemente, o conceito de valor ao qual Marx chega caracterizaria para ele uma coisa, ou na melhor das hipóteses, uma expressão que reflete de modo acurado a existência de uma *coisa*, a sua essência. A isso denomino de reificação da

⁹ Althusser chega a afirmar que os objetos “designados” pelos conceitos abstratos de *O Capital*, embora não possam ser “tocados pela mão, são mais reais que estes”. Creio, portanto, legítima a aplicação do termo “correspondentista” aos pressupostos da filosofia de *O Capital*.

¹⁰ No 2º sentido da expressão. Conferir nota de rodapé 3.

¹¹ Objetividade no 1º sentido da expressão. Conferir a nota de rodapé 3.

linguagem. Não seriam este e outros conceitos desenvolvidos no *Capital* apenas palavras cujo sentido deriva tão somente do interesse de quem as emprega “como se existisse, em si, um conceito da coisa e não um conceito que fazemos da coisa! Como se uma relação em que entramos não devesse sua especificidade apenas à daqueles que nela entram” (Stirner, 1979, p. 81). Tratar-se-ia de palavras que expressam a essência velada de determinadas realidades, palavras que não seriam apenas ferramentas, sons e sinais que arranjados em uma certa ordem elevam-se acima de outros sons e sinais por oferecer acesso a algo que, sem estes sons e sinais, permaneceria desconhecido. Do ponto de vista stirneriano, poder-se-ia dizer, que é o anseio por tudo submeter às exigências do pensamento, ao invés das potências do interesse, que leva Marx a considerar uma palavra como sendo a essência de uma coisa. Aqui as palavras não seriam produtos que visam a afirmação de *relações de poder* entre os indivíduos e o mundo, tais relações seriam antes de tudo *relações de representação*. No primeiro caso as expressões seriam julgadas como úteis ou inúteis, vantajosas ou prejudiciais e no segundo caso como verdadeiras ou falsas.

O desdobramento da análise da mercadoria em *O Capital*, como mostramos, leva a conclusão de que a “objetividade de valor é puramente social” (Marx, 1996, p.176) ou que uma mercadoria tem valor mesmo que não tenha valor “para mim” que não me interesse pois nesse caso, tendo valor para os outros, continuaria participando das relações de troca e por isso possuindo valor objetivo. É exatamente contra tal modo de argumentação que Stirner protestaria, pois aí Marx se comporta “como se tudo dependesse do modo como os outros classificam” (Stirner, 2004, p. 81). Contudo, vale pontuar que para o escritor do *Único*, não se trata de afirmar a inexistência de algo que oferece resistência aos dos homens, longe disso, “os grilhões da realidade deixam a cada momento marcas profundas na minha carne” (Id. p. 129). É certo que determinadas barreiras oferecidas, seja pela matéria em sua *dureza*, seja pela sociedade em suas regras, me constringem, mas se suporte é para benefício meu. “Só penso na minha vantagem, para não piorar ainda mais a minha própria situação, e por isso na primeira oportunidade aproveito “para

pisar o senhor de escravos” (Ibid). Embora o *Não-Eu* possa oferecer limitações, estas são diferentes para cada indivíduo, é pelo próprio interesse que o indivíduo as suporta e por interesse também que as supera, sempre que tenha poder para isso.

No desenvolvimento da argumentação de Karl Marx são decisivos os processos de abstração (a partir do que suponho que Marx considerava ser a “experiência objetiva”) processos estes que permitem a Marx afirmar a existência de coisas como “Gelatina de trabalho humano indiferenciado” (Marx, 1996, p. 168). Expressões como esta seriam para o autor de *O Capital* muito mais que o engendramento de metáforas úteis que visariam apenas atingir certos propósitos, veicular certos interesses, controlar certos processos. Para Stirner, ao contrário, é essa exatamente a única função da linguagem e tal divergência acerca do modo de conceber as relações comunicativas, talvez, seja o fator decisivo para a compreensão do que está em questão na oposição entre Max Stirner e o Karl Marx de *O Capital*.

Na *Resposta aos Críticos*, talvez o texto em que Stirner oferece o que estaria mais próximo de uma exposição de seus *pressupostos* filosóficos, torna-se explícita a concepção de linguagem que perpassa o inteiro desenvolvimento de *O Único*. As concepções correspondentistas do significado pretendem estabelecer o sentido de uma expressão como sendo aquilo ao que ela corresponde. Um conceito, nesse sentido, seria uma palavra cujo conteúdo é determinado por algo que não é o próprio indivíduo que o emprega. Stirner, ao contrário, considera que todo “conteúdo e determinação” de uma palavra “vêm através de você” (Stirner, 1978, p. 67). É o indivíduo, o *Único*, por si inexprimível, que é o “conteúdo das frases, a proposição real, a frase viva. Você é o *que* de sua frase” (Id. p. 68) e por isso, sendo cada indivíduo absolutamente singular, nenhuma comunicação expressaria de forma plena o significado das palavras, só restando concluir que a “indigência da língua não tem palavras que cheguem” (Stirner, 2004, p. 147). Como uma convenção, ou invenção, inculcada desde os mais tenros anos o zelo pela “verdade” como correspondência representaria, portanto, tão somente a negação de si, da íntima relação entre nossa *Fruição* e aquilo que afirmamos ou negamos. A

negação da particularidade na qual se radica o *Único* seria para Stirner o propósito de toda regra socialmente instituída.

Poderíamos ver também a divergência entre os dois autores acerca da função da linguagem como que se refletindo nas concepções de sociedade manifestas na obra dos dois. Para Marx, se o interpreto corretamente, a sociedade é o resultado das relações de produção que os indivíduos estabelecem entre si. Para Stirner a Sociedade é tão somente uma *Sala*, a qual nos dá através das normas que a caracterizam a identidade de membros dela. Uma vez que as regras e padrões de conduta e linguagem, compra e venda, não existem no sentido de admitir a auto referencialidade confessa o *Egoísmo*, mas no sentido de negá-lo, a sociedade se constitui como um terceiro que media a relação de dois indivíduos singulares e lhes exige a veneração de suas regras *Sagradas*.

A palavra sociedade (Gesellschaft) tem sua origem na palavra sala (Sal). Se uma sala acolhe muitas pessoas a própria sala transforma as pessoas em uma sociedade. Eles *estão* em uma sociedade e constituem, quando muito, uma sociedade de salão se usarem as *formas tradicionais da conversa* de salão. (...) É costume dizer-se temos esta sala em comum, mas na verdade é a sala que nos tem em si. Este é o significado natural da palavra sociedade que nos mostra como a sociedade não surge por minha ou por tua ação, mas por ação de um terceiro, que faz de nós duas pessoas em sociedade; é este terceiro que produz ou gera a sociedade (Stirner, 2004, p.173).

Segundo a descrição stirneriana a sociedade não visaria o reconhecimento dos indivíduos em sua diferença, mas, antes teria na base da sua organização a negação desta mesma diferença, e do *Egoísmo* que lhe dá origem. Entrariam aí as leis, regras, a moral e mesmo a lógica como questões *Sagradas*, intocáveis, às quais os indivíduos não poderiam simplesmente *deitar unha*. Visto desta maneira só nos restaria concluir que “As relações pessoais aqui se desenvolvem em hostilidade contra a sociedade” pois esta seria, em ultima instância algo parecido com uma “sociedade prisional” (Stirner, 1979, p. 174). Adotando um percurso inteiramente diferente, e procurando interpretar as relações humanas visando satisfazer as exigências de um discurso científico Karl Marx chegará à conclusão de que é a sociedade que nos determina, que somos as suas criaturas:

Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o

desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, *socialmente, uma criatura*, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (Marx, 1996, p.131).

Para Stirner a superação dos entraves oferecidos pela sociedade dependeria do desenvolvimento de nosso *sentimento egoísta*, do desprezo pela pretensão de sacralidade das regras e pelo retorno a nós mesmos, ao nosso interesse. Apenas isso garantiria a superação de nossos obstáculos no momento em que tivéssemos poder para tanto, sem cair sob o domínio de um novo espírito. Ao desenvolver uma descrição das relações sociais com a pretensão de oferecer a verdadeira natureza destas relações, Karl Marx, no entanto, partilharia um mesmo vício crucial com a nefasta ordem que critica, o vício de acreditar que é preciso submeter à aparente multiplicidade e singularidade a algo maior, à verdade; só sobre esta base seriam legítimas observações de cunho político ou moral. O mesmo tipo de *veneração* buscado por outros princípios, como a propriedade privada, por exemplo. Todavia, ao contrário destes, que são sustentados apenas por falsas alegações de legitimidade, os de Marx pretenderiam estar legitimados pela referência à verdadeira *essência* da sociedade ocidental capitalista. É essa sociedade que nos dá aquilo que somos e como suas criaturas estaríamos sujeitos ao seu arbítrio, que nos usa como meios para os seus fins, até que modifiquemos a própria estrutura dessa sociedade. Orientando a ação coletiva através dessa e de outras reflexões a sociedade poderia passar a servir aos homens, emancipá-los da escravidão do Capital. Para Stirner, no entanto, isso representaria tão somente uma *troca de senhores*, o resultado de uma mudança orientada não pelo interesse e pela fruição, mas pelo espírito e pela essência.

Essa mesma essência, conforme demonstra a estrutura argumentativa do autor, é atingida através de processos de abstração das diferenças inerentes ao objeto sobre o qual este se debruça. Apenas através desse procedimento ele oferece um encadeamento *racional* de argumentos que “desvelam” a natureza de nossa participação na sociedade. A legitimidade de um dado direito (ou de uma dada sociedade) se firma ao final desta abordagem

que procura dar conta das exigências do pensamento, da lógica ou da razão¹². Esta investigação, ao valorizar a abstração e submeter à vida dos indivíduos a processos de universalização (de que outra maneira satisfazer as exigências do *Espírito*?) termina por caracterizar a relação social como um vínculo de dependência indissolúvel¹³. O trabalho Humano abstrato, aquele que é expresso pelo valor de troca, caracterizaria esse vínculo, que todavia é velado ao trabalhador que dele participa, pois as relações sociais lhes aparecem como meras relações entre mercadorias. Para Stirner, falar de vínculos que não sejam meramente de fruição e interesse, e portanto solúveis, seria o mesmo que dizer que tal sociedade que tudo nos dá é uma nova dominadora um novo espectro, um novo ser supremo, que nos obriga a lhe prestar serviço. Sob a ótica stirneriana as relações pessoais não são universalizáveis, a menos que deixem de ser pessoais e tornem-se relações entre essências. Sem tal universalização a própria base da reflexão política, o direito, deixa de existir.

Stirner afirma que “O Direito é o espírito da Sociedade” (Stirner, 2004, p.149), e em algumas passagens dá a entender, que a verdade é o espírito da linguagem quando considerada como algo *sublime*¹⁴. A crítica Stirneriana não pretende respeitar a nenhuma dessas duas manifestações do *Sagrado (Heilig)*. Ao direito Stirner pretende opor o *Meu- Poder (Meine Macht)* e à verdade, o interesse, a *Auto-Fruição (Selbst Genuss)*. O seu discurso opõe as

¹² A investigação Marxista conduz, por exemplo, a noção de *fetichismo da mercadoria* o qual caracteriza-se pela transformação de uma relação entre homens em uma relação entre coisas, uma relação que se torna autônoma, independente dos indivíduos que dela participam. Rejeitando qualquer tentativa de mediar através de conceitos as relações entre o eu e o mundo, ou postular qualquer traço nesta que o próprio indivíduo não reconheça, Stirner prefere ficar apenas com a noção de que tudo com que se entra em relação (mesmo pessoas) são objetos, o que não impediria que alguns destes objetos fossem dignos de um imenso apreço. Para Stirner o único prejuízo para o Único é tomar qualquer reverência a “coisa” como um princípio indissolúvel, intocável... Sagrado.

¹³ Penso que o motivo da opção de Marx pelas relações econômicas como objeto primaz de sua obra talvez possa ser mais bem explicada se lembrarmos da *6ª tese Ad Feuerbach*, onde se lê que a “essência humana é o conjunto das relações sociais”. Aprender corretamente tais relações seria então crucial para o desenvolvimento de uma filosofia moral, sobre uma base mais “sólida”.

¹⁴ STIRNER, 2004, p. 122. “Nenhum poder egoísta deve atuar contra os pensamentos, nenhum poder policial ou semelhante. É o que pensam os fiéis devotos do pensamento. Mas o pensar e os pensamentos não são para mim Sagrados e defendo também a minha pele contra eles. Poderá ser uma defesa irracional; mas se eu me entregar a eles terei que lhe entregar o que mais amo, como Abraão”.

possibilidades da retórica às pretensões da ciência, e procura fomentar o auto-engajamento ao invés de tentar legitimar certas exigências. Optando por não partir do pensamento sobre as relações sociais Stirner prefere começar pelo *Ser-Próprio* (*Eigenheit*) que não corresponde a um conceito como trabalhador, cidadão ou qualquer outro, mas que é apenas uma descrição de *quem é*, nesse caso, cada um de nós quando nos percebemos como indivíduos corpóreos, singulares, e não como exemplares de uma mesma classe definida por processos de abstração. Em lugar da impessoalidade pretendida pela teoria Marxista, se está correta a caracterização que ofereci da pretensão desta de ser científica, Stirner opta pelo discurso pessoalizado. A sua retórica surgiria aqui apenas como a voz de mais um indivíduo, que considera que a diferença e as possibilidades de singularização de nossa cultura são mais importantes que o anelo iluminista de eliminar todas as desigualdades através de uma correta compreensão dos processos sociais. Sob este viés, as posições de Marx e de Stirner revelam-se incomensuráveis.

Contudo, se lermos *O Capital* com um olhar que dê menos atenção as pretensões *científicas* e de *sistematicidade conceitual* dessa obra e mais atenção aos seus méritos práticos, no sentido de prática utilizado, por exemplo, pelo pragmatismo, creio que algumas afinidades poderiam talvez ser encontrados entre o *Único* e *O Capital*. Nesse caso veríamos as formulações marxistas como valiosos instrumentos retóricos para fomentar a *rebeldia* contra o caráter incompleto do liberalismo político que afirma a igualdade entre os indivíduos e lhes deixa aberto o caminho para a concorrência. Esse mesmo liberalismo deixaria de levar em consideração a desigualdade do ponto de partida, que transforma essa concorrência na completa impotência de quem não possui os meios para concorrer. A dessacralização dos fatores (como a propriedade privada) que impedem de forma definitiva a mobilidade social, onde a falta de *meios* condena alguns ao esmagamento pelos mais fortes seria um passo decisivo para completar o movimento iniciado pelo liberalismo político. Contudo, para Stirner não é através da abolição da propriedade que se conseguirá isso. É preciso tomar, e não obter pelo direito aquilo de que se carece.

Todas as tentativas de tornar a plebe feliz e todas as uniões fraternas à maneira das Confrarias do Cisne estão condenadas ao fracasso, pois descendem do princípio do amor. Só o egoísmo pode ajudar a plebe, e esta ajuda só pode vir dela própria - e virá. Se a plebe não se deixar vencer pelo medo, será um poder. Assim, a propriedade não deve nem pode ser abolida, tem, isso sim, de ser arrancada a mãos espectrais e tornar-se *minha* propriedade; nessa altura, desaparecerá das consciências a ideia falsa segundo a qual eu não tenho o direito de me apoderar daquilo de que preciso” (Stirner, 2004, p. 204).

Após superados esses entraves os indivíduos poderiam arranjar-se e entender-se uns com os outros a partir das próprias capacidades, de acordo com seu próprio poder. Estaria decretada a guerra de todos contra todos? Muitos críticos acreditam que é isso que Stirner propõe. Em todo caso seria uma guerra cujas conseqüências trágicas seriam certamente equilibradas pelos saudáveis interesses em preservar determinados pactos, de um modo similar ao de Thomas Hobbes, todavia onde uma miríade de outros interesses além da auto-preservação seriam levados em conta.

Contudo, apesar dessa tentativa de aproximação as filosofias de Karl Marx e de Max Stirner não são, lidas de modo literal, conciliáveis. Assim como a oposição entre a filosofia crítica desenvolvida pela escola de Frankfurt e a filosofia norte americana de matriz liberal, da qual Richard Rorty foi um dos representantes, a oposição entre Stirner e Karl Marx não pode ser sintetizada em um ponto de vista terceiro sem deixar de levar em consideração muito do que dizem os dois. As obras desses dois grandes filósofos permanecerão, creio, como representativas de dois pólos da tensão que perpassa a filosofia desde as suas origens. A tensão entre a poesia e a filosofia clássica.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Guía para leer El Capital*. (Trad. por Darío Daniel Díaz). Revista de filosofía y teoría social, año I, número 2, Buenos Aires, Octubre de 1992.

BAZZANI, Fabio. *Weitling e Stirner*. Milano: Franco Angeli, 1985.

CRISÓSTOMO, José de Souza. *Ascensão e Queda do Indivíduo no Movimento Jovem Hegeliano*. Salvador, Editora UFBA, 1991.

_____. *A Questão da Individualidade: A Polêmica Stirner – Marx*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

_____. *A Teoria Marxiano- Althusseriana do Desconhecimento*. (Revista Ideação, Vol. 1. Num. 1, Jul 2004).

FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. (Trad. de José da Silva Brandão, 2ª ed.) Campinas: Papyrus Editora, 1997.

LOBKOWICZ, N. *Karl Marx and Max Stirner* (in: Frederick J. Adelman, *Demythologizing Marxism*). Boston: Boston College Chestnut Hill, 1969.

MARX, Karl, *O Capital*. (Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed Nova Cultural, 1996.

STIRNER, Max. *O Único e sua Propriedade*. (Trad. João Barrento). Lisboa: Antígona, 2004.

_____. *Der Einzige und Sein Eigentum*. Stuttgart: Philipp Reclam, 1981.

_____. *O Falso Princípio de Nossa Educação*. (Trad. Plínio Augusto Coelho). São Paulo: Editora imaginário, 2001

_____. *Textos Dispersos. (Kleinere Schriften)* (Trad. Bragança de Miranda, José). Lisboa: Via Editora, 1979.